

Relato de participação no 9º Seminário Nacional de Educação do Sinasefe

Autoras: Flávia Walter, Luciana Colussi e Roberta Raquel, servidoras no IFC e sindicalizadas no Sinasefe Litoral

O professor Gaudêncio Frigotto, doutor em Ciências Humanas, professor adjunto da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e professor titular associado na Universidade Federal Fluminense (UFF), abriu o 9º Seminário Nacional de Educação do Sinasefe, no dia 23 de abril, com a palestra “Rede Federal de Educação Básica, Profissional e Tecnológica: onde estamos e o que queremos?”

Frigotto periodizou a história da educação a fim de fazer uma reflexão sobre o lugar que a rede ocupa hoje em plena “Pátria Educadora”. Para tanto, de acordo com o professor, é preciso entender o tipo de estrutura social que se estabeleceu desde o período colonial, entretanto, a fim de ajustar de forma escalar essa periodização, Frigotto discursou sobre três momentos, contemporâneos – Período de ditadura, que ele chamou de Pós Era Vargas, que no campo da educação ocorreu uma reformulação de projeto voltado à perspectiva economicista e pragmática, consolidando assim o adestramento da educação profissional para o mercado de trabalho; foi também nesse período que se instalou o sistema S, que hoje podemos fazer uma analogia com o PRONATEC. Mas essa é uma discussão para outro momento.

Outro período tratado por Frigotto é a década de 80, período da redemocratização, que incorporou o debate da escola unitária, ou seja, o direito do patrimônio do conhecimento de forma igualitária. Entretanto, já na década de 90, inicia-se um forte processo de doutrinação neoliberal, primeiro com Collor e logo na sequência com FHC, onde o debate político e econômico é substituído pelo tecnicista.

A reafirmação de um projeto capitalista dependente provoca a baixa qualidade da educação básica e a concepção de uma formação profissional voltada ao mercado de trabalho, o que consequentemente permite uma educação profissional de pouca significância.

E por fim, porém sem chegar ao final, o professor Gaudêncio tratou de outro marco, o período Lula, que apesar dos avanços sociais, não conseguiu dar o salto tão necessário para a educação, entre outras tantas frentes, pois a governabilidade ficou na mão dos mesmos. Ainda assim, é importante ressaltar que as poucas conquistas são frutos de lutas dos movimentos sociais, MST, sindicato, entre outros. Ainda não rompemos a proposta de educação, que continua sendo de homens brancos de uma classe dominante – a chamada elite brasileira. Esse debate, “homens” “brancos”, rendeu boas discussões nos dias que se sucederam no Seminário.

Mas afinal o que queremos?

A nosso ver, queremos uma educação emancipatória, livre das amarras neoliberais, de forma a universalizar as oportunidades educacionais. Para tanto, o desafio está na sociedade, pois vai depender da transformação social para transformar a educação.

No dia 24 de abril, o tema do 9º Seminário Nacional de Educação do Sinasefe foi “Ensino, pesquisa e extensão na Rede Federal: crítica ao momento atual e desafios” com a participação da professora Luzia Mota, licenciada em física, doutora pelo programa Multinstitucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento e a participação do professor Renato Dagnino, engenheiro, titular na Universidade Estadual de Campinas, doutor em Ciências Humanas e Economia no Chile.

Para professora Luzia, a Rede Federal, enquanto política pública, não está desenvolvendo atividades de pesquisas de acordo com sua missão. Pois na ausência de diretrizes, desenvolve atividades aos moldes das universidades. Tanto que os principais atores que desenvolvem atividades de pesquisa na comunidade acadêmica são os docentes com mestrado e doutorado. Os pesquisadores estão numa esfera diferenciada dentro dos IFs, a fim de mudar esse cenário, os técnicos vêm buscando maior qualificação para se inserir nesse contexto de pesquisador. Ainda assim, as pesquisas desenvolvidas são voltadas para o mercado e não para a resolução das demandas sociais, demonstrando uma trajetória inovacionista. Mota destaca que há um aumento significativo na criação de grupos de pesquisa, em 2000 existiam 58 grupos e em 2010, 1085 grupos. Ou seja, a trajetória da pesquisa institucional da Rede está voltada à promoção da política de inovação do país cujas recomendações são estritamente voltadas para o mercado, para sãs empresas e para o estabelecimento de relações entre governo, empresas e universidades.

Isso porque, de acordo com Dagnino, a rede foi criada no bojo do desenvolvimentismo, com a perspectiva de transformar a economia informal, ou seja, de baixa produtividade, em economia formal, de alta produtividade. Nesse sentido, o resultado da pesquisa não é o mais importante, mas sim as pessoas que o incorporam, pois, de acordo com o professor, mais de 60% destes resultados é incorporado pelas próprias empresas.

Para Dagnino, a relação entre sociedade e Universidade/Instituto pode ser por três vias: neodesenvolvimentista – inclusão a cidadania via políticas compensatórias, qualificação para o trabalho, capacitando os excluídos para ascender a economia formal, fomenta a inovação empresarial com geração de emprego; inovacionista – fomento a inovação na empresa e nas Instituições de Ensino e Pesquisa, aumento da competitividade, crescimento econômico e via transbordamento “geração de emprego e inclusão dos excluídos”; solidarista – absorção da economia informal pela economia solidária, via geração de trabalho e renda, estímulo a

propriedade coletiva e autogestão. A solução apresentada pelo professor é a perspectiva da economia solidaria que ocupa um espaço crescente na agenda do governo e dos movimentos sociais, mas carece de uma plataforma cognitiva de lançamento, o que podemos chamar de tecnologia social – aquela que necessita de arranjos produtivos (empreendimentos solidários) que estão brotando da economia informal e sendo organizados pelos que não trabalham em empresas.

No dia 25 de abril, o debate sobre “Educação e diversidade: crítica ao momento atual e desafios” contou com a presença de Francisco Costa, Moema Carvalho, Paula Vielmo e a liderança indígena.

Paula Vielma tratou sobre a questão de gênero na educação, salientou que gênero, diferentemente de sexo, pode ser entendido como um processo de construção cultural de relações que não decorrem de características sexuais. Apesar de recente, meados da década de 60, o debate sobre diversidade sexual e de gênero deve-se historicamente a pressão dos grupos feministas. Aqui vale ressaltar a importância dessa discussão, que ainda se faz bastante atual, pois numa sociedade capitalista a mulher ocupa, paradoxalmente, uma divisão sexual do trabalho diferente, com funções específicas e, muitas vezes, uma remuneração diferenciada. Essa realidade parece não fazer parte do nosso cotidiano, afinal como servidores públicos da Rede Federal temos os mesmos salários. Mas em relação aos cargos? Quantas reitoras temos na rede? Quantas diretoras temos na rede?

Além da questão de gênero, a mesa também tratou da diversidade étnico-cultural, em especial a educação indígena. O professor Francisco afirmou que existem 30 cursos de licenciaturas interculturais, assim como as demais políticas públicas sociais, fruto da luta dos movimentos sociais. Mas ainda assim, é um número bastante reduzido diante da realidade nacional.

Além disso, é importante frisar que há uma rica diversidade sociocultural no Brasil e conhecê-las significa aprender outras formas de organização social, política, econômica, além de intercâmbio cultural e respeito a direitos coletivos históricos.

O sindicato tem muito a contribuir com os debates propostos no Seminário, tendo em vista que a atividade fim dos servidores públicos federais da Rede é a Educação. A proposta que temos diante da participação do evento é a realização de formações pedagógicas/políticas com os sindicalizados da nossa seção, promovendo assim, a organicidade entre nossa condição de trabalho e nosso papel de educadores.